

PODER

Setor produtivo reage e fala em judicialização

Na avaliação de entidades, a Medida Provisória 1.227, que prevê restrições para compensações tributárias, é inconstitucional por confiscar recursos das empresas

» ROSANA HESSEL

Entidades patronais, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), não pouparam críticas à Medida Provisória nº 1.227/2024 — editada pelo Ministério da Fazenda —, que limita a compensação de créditos tributários e de créditos presumidos da contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O setor produtivo pretende judicializar o assunto, por entender que a MP é inconstitucional, já que, segundo avalia, confisca recursos das empresas.

As críticas das entidades apontam vários problemas na MP. “Embora seja fundamental a implementação de ações para o equilíbrio fiscal, as medidas anunciadas violam frontalmente a imunidade das exportações, o princípio da não cumulatividade, o princípio do não confisco, todos previstos na Constituição Federal, ao revogar uma série de mecanismos da legislação da contribuição de PIS e da Cofins”, destacou a nota da Abag.

Na avaliação da entidade, a MP caminha na contramão do crescimento socioeconômico, uma vez que onera ainda mais as empresas e diminui significativamente a competitividade de importantes setores, como o agronegócio.

“As medidas, por terem um perfil confiscatório, são um retrocesso, impactando fortemente os recursos financeiros das companhias, ampliando custos e reduzindo a rentabilidade de toda a cadeia do agronegócio, que é fundamental para garantir a segurança alimentar em todo o planeta, além de contribuir com o desenvolvimento social e econômico do país e para o superávit de nossa balança comercial”, completou a nota.

A Abiquim, por sua vez, enfatizou que a medida eleva a insegurança jurídica da indústria química. O presidente executivo da entidade, André Passos Cordeiro, ressaltou no comunicado, divulgado ontem, que, além de a medida vir em um momento de grande fragilidade da indústria química brasileira, “essa decisão vai totalmente na contramão de iniciativas que o atual governo vem tomando acertadamente no sentido de

Divulgação



Pelos cálculos da CNI, MP causará perdas de R\$ 29,2 bilhões ao setor industrial neste ano



A MP 1.227 terá efeito contrário ao pretendido com a desoneração da folha de pagamentos, podendo acarretar na perda de empregos de vários setores da economia, inclusive daqueles que não são beneficiados pela desoneração

Ibram, em comunicado

“As medidas, por terem um perfil confiscatório, são um retrocesso, impactando fortemente os recursos financeiros das companhias, ampliando custos e reduzindo a rentabilidade de toda a cadeia do agronegócio”

Trecho da nota da Abag

“Não adianta ter uma nova e robusta política industrial de um lado se, do outro, vemos esse ataque à nossa competitividade”

Posicionamento da CNI

promover a neoindustrialização no país”. A Abiquim pretende, inclusive, entrar com medida judicial contra a MP.

Já o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) disse ter recebido a MP com preocupação. “Essas medidas representam impacto tributário significativo para as empresas, prejudicando a competitividade, com perda de mercados, e desestimula

os investimentos”, declarou, em nota. “Sendo assim, a MPV 1227 terá efeito contrário ao pretendido com a desoneração da folha de pagamentos, podendo acarretar na perda de empregos de vários setores da economia, inclusive daqueles que não são beneficiados pela desoneração.”

O presidente do Ibram, Raul Jungmann, afirmou que a intenção é reunir de “70 a 80

entidades” e “peticionar para que o presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, devolva essa medida provisória, porque é inconstitucional, porque afeta os interesses nacionais e de praticamente todas as atividades econômicas que hoje operam no Brasil”, sustentou, em entrevista à CNN.

“Ataque”

A CNI já havia se posicionado na quarta-feira. O presidente da entidade, Ricardo Alban, que participava de uma comitiva de empresários e de autoridades do governo — incluindo o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin —, em visita à Arábia Saudita e à China, interrompeu a viagem e retornou para o Brasil em protesto contra a MP. Ele deverá chegar ao país até amanhã, de acordo com a assessoria. Outros empresários pretendiam fazer o mesmo, mas evitaram devido ao custo elevado da antecipação do retorno de toda a comitiva.

Pelos cálculos da CNI, a medida provisória causará perdas de R\$ 29,2 bilhões ao setor industrial neste ano, passando para R\$ 60,8 bilhões, em 2025.

“Chegamos ao nosso limite. Nós somos um vetor fundamental para o desenvolvimento do país e vamos às últimas consequências jurídicas e políticas para defender a indústria no Brasil”, disse Alban, no comunicado. “Não adianta ter uma nova e robusta política industrial de um lado se, do outro, vemos esse ataque à nossa competitividade.”

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



PF fecha cerco aos golpistas de 8 de janeiro

Abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime e destruição e deterioração ou inutilização de bem especialmente protegido. São essas as acusações que pesam contra os envolvidos na tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro, partidários do ex-presidente Jair Bolsonaro que invadiram e depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF), naquele domingo de 2023, uma semana após a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No âmbito da Operação Lesa-Pátria, desde ontem a Polícia Federal cumpre 208 mandados, em 18 estados e no Distrito Federal — 49 pessoas já foram presas e 160 são consideradas foragidas —, por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do STF, responsável pelo inquérito. Todos descumpriram medidas cautelares judiciais ou até fugiram para outros países. Violação de tornozeleira eletrônica, mudança de endereço sem comunicação e o não comparecimento à Justiça foram as principais causas das ações policiais de ontem. Estima-se que 60 acusados estejam refugiados na Argentina.

As prisões ocorreram no Distrito Federal (7), no Paraná (5), na Bahia (2), em Mato Grosso (4), em Minas Gerais (7), em Goiás (1), em Mato Grosso do Sul (1), em São Paulo (17), em Santa Catarina (3), no Espírito Santo (1) e no Pará (1). Os foragidos serão incluídos no Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP) e os que estão no exterior entrarão na lista de procurados da Interpol. Os inquéritos das fake news e as investigações sobre o 8 de janeiro estão quase no fim, o que aumenta a tensão em Brasília, principalmente no Congresso Nacional.

Espera-se o indiciamento de Bolsonaro e dos generais que formavam seu Estado-Maior, entre os quais os ex-ministros Braga Neto (Casa Civil), Luiz Ramos (secretário-geral da Presidência) e Paulo Sérgio (Defesa). A peça-chave das denúncias é a delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, em cujo celular havia mensagens de militares lotados na segurança do Palácio do Planalto que orientavam manifestações em Brasília.

Diante dessa ameaça, o ex-presidente intensificou suas articulações com apoiadores e ex-aliados nas eleições municipais e troca apoio eleitoral por compromisso com a aprovação de uma anistia aos acusados do 8 de janeiro, que poderia beneficiá-lo com a volta de sua elegibilidade, embora Bolsonaro negue que a proposta o beneficie. Na prática, ele atua como pré-candidato a presidente da República em 2026.

Bolsonaro é considerado inelegível por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no qual foi condenado por 5 a 2. Durante oito anos, o ex-presidente não poderá participar de eleições nem exercer cargos públicos. A condenação foi motivada por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação durante reunião realizada no Palácio da Alvorada com embaixadores estrangeiros, em 18 de julho de 2022. Braga Neto, que compôs a chapa de Bolsonaro à reeleição, foi excluído da sanção, uma vez que não ficou demonstrada sua responsabilidade no caso, por decisão foi unânime.

Anistia geral

Na ocasião, Moraes, que presidiu o julgamento, enfatizou que houve desvio de finalidade na conduta de Bolsonaro ao defender uma pauta pessoal e eleitoral faltando três meses para a eleição. Segundo o ministro, Bolsonaro instigou eleitores contra o sistema eleitoral e as urnas eletrônicas. Lembrou que a repercussão nas redes sociais era voltada especificamente a quem poderia votar a favor de sua reeleição.

Atual presidente do TSE, a ministra Cármen Lúcia apresentou o voto que formou a maioria pela inelegibilidade naquele julgamento. O ministro Nunes Marques, atual vice-presidente do TSE, acompanhou a divergência aberta pelo ministro Raul Araújo, ao votar pela improcedência da ação. Araújo, agora, é o corregedor-geral da Justiça Eleitoral, e Moraes encerrou seu mandato e deixou a Corte.

A Polícia Federal corre contra o tempo para encerrar as investigações que envolvem Bolsonaro e seus principais assessores. Segundo o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Passos Rodrigues, em junho, os inquéritos das joias e da fraude dos atestados de vacina serão concluídos; em julho, a investigação sobre a tentativa de golpe de 8 de janeiro, caso com o maior número de réus, que agora deve chegar aos mandantes e principais financiadores; em agosto, os casos do ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal Silvinei Vasques e do delegado federal Anderson Torres, ex-ministro da Justiça.

Ontem, o presidente do PP, Ciro Nogueira, ex-ministro da Casa Civil de Bolsonaro, defendeu a aprovação da anistia aos envolvidos no 8 de janeiro, o que sinaliza uma aliança entre o PL e o PP nessa mesma direção. O apoio do chamado Centrão à anistia pode mudar completamente o jogo no Congresso, embora seja difícil que o presidente Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), endossem uma proposta como essa. Ambos se opuseram firmemente aos golpistas, entretanto, a depender do jogo sucessório, podem ser pressionados a pôr a proposta em votação. O projeto de anistia, de autoria do deputado Rodrigo Valadares (União Brasil-SE), deve ser votado ainda neste semestre na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, presidida por uma bolsonarista raiz, a deputada Caroline de Toni (PL-SC), que apoia a proposta.

Encontro com o papa no Vaticano

Servizio Fotografico/ Vatican Media



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reuniu com o papa Francisco em um encontro privado, ontem, no Vaticano. O chefe da equipe econômica cumpre agenda na Itália em busca de apoio para uma taxa internacional de grandes fortunas, pauta prioritária da trilha financeira do G20. Pela primeira vez, o Brasil ocupa a presidência rotativa do grupo das maiores economias do mundo. O encontro foi fechado, sem o acesso da imprensa. Haddad presenteou o papa com uma cuia e uma bomba para chimarrão, em referência ao Rio Grande do Sul, que lida com a tragédia provocada pelas chuvas. O ministro também recebeu um presente do pontífice. “Uma inclinação afetuosa do espírito para a vida é o caminho para uma sociedade mais justa, fraterna e solidária. Uma economia global de laços que combatam a miséria e a pobreza”, escreveu Haddad em sua conta no X, antigo Twitter.